



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº
019/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
47.639/2022, REFERENTE À LICITAÇÃO
EM EPÍGRAFE, CUJO OBJETO É A
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO
E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA
ROTATIVO DE ESTACIONAMENTO EM
VIAS E LOGRADOUROS NO MUNICÍPIO
DE SÃO GONÇALO/RJ – “ZONA AZUL”.**

Trata-se de resposta à impugnação interposta pela empresa INFINITY CONSULTORIA E GESTÃO LTDA, CNPJ nº 19.096.535/0001-36, sediada no município de São Paulo, na Rua Simão Álvares, 720, apto 32, Pinheiros São Paulo/SP — CEP 05417-020, por intermédio de seu sócio, Sr. Leidson Antonio Ribeiro de Jesus, brasileiro, natural do São Paulo – SP, nascido em 27 agosto de 1990, empresário, portador da carteira de identidade nº 333.149.19 -1 SSP/SP, encaminhada ao endereço eletrônico da Comissão Permanente de Licitação informando o que segue:

I – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

A empresa interpôs a referida impugnação ao ato convocatório da Concorrência em epígrafe tempestivamente, em obediência aos dispositivos legais, com fundamento no art. 41, §2º da Lei 8.666/1993 e de acordo com o item 3.7 do Edital.

II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante tomou conhecimento da convocação feita por essa Municipalidade para os interessados em participar do certame de seleção para contratação de empresa especializada para implantação e operacionalização do sistema rotativo de estacionamento em vias e logradouros no município de São Gonçalo/RJ – “Zona Azul”.

Em razão disso, e considerando as peculiaridades das normas e das características do serviço, a empresa em questão vem trazer informações relevantes para o pleito, com base nas informações que se apresentam, logo chama a atenção dessa Administração para o que se oferece, ao tempo em que se requer a promoção dos ajustes que se apontam

mais adiante.

II – DOS FATOS

O item 5.5.6 do Edital dispõe que:

“Em atendimento ao disposto no §2º do art. 31 da Lei nº 8666/93, a licitante deve comprovar possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total estimado para o objeto desta licitação. Esta comprovação deverá ser feita com documento que demonstre o arquivamento do ato correspondente na Junta Comercial ou R.C.P.J., admitida à atualização na forma do art.31, do parágrafo 3o, da Lei Federal 8.666/93.”

A Impugnante alega ilegalidade ao restringir a comprovação ao Patrimônio Líquido do valor total estimado para os 15 (quinze) anos, entendendo ser obrigatório e necessário apenas para os 12 (doze) meses iniciais da prestação dos serviços. Argumenta ainda, que o referido Edital restringe a comprovação somente ao Patrimônio Líquido e informa que a lei também prevê o Capital Social como forma de demonstração, não previsto no Edital. Argumenta ainda, que o referido Edital restringe a comprovação somente ao Patrimônio Líquido e informa que a lei também prevê o Capital Mínimo ou as garantias previstas no §2º do art. 31 da Lei 8.666/93 como forma de demonstrações, não previsto no Edital.

III – DOS PEDIDOS

Foi então solicitado:

- a) A paralisação imediata do procedimento licitatório, para que seja realizada as readequações no Edital.

CONCLUSÃO

Diante o exposto, recebo a Impugnação interposta por essa Ilustre Empresa, a qual acolho o pedido de suspensão do procedimento licitatório para adequação do Edital. Em referência ao item 5.5.6 sobre a solicitação dos 10% (dez por cento) de Patrimônio Líquido, entendemos que o item necessita de manutenção, se tratando de erro material, o que será revisado e alterado por esta CPL.

Quanto a solicitação para inserção do Capital Mínimo e as garantias previstas no §2º do art. 31 da Lei 8.666/93, entendemos que tratam-se de parcelas componentes do



Patrimônio Líquido, que é composto por diversas parcelas tais como: capital subscrito; capital integralizado; capital a integralizar; reservas de lucro; reserva legal e outras reservas criadas pela empresa, além dos prejuízos acumulados, entre outras. Por essa razão utilizamos o Patrimônio Líquido como um tipo de segurança à Administração Pública, de que a licitante vencedora terá capacidade econômica de prestar os serviços em sua integralidade.

Ou seja:

- a) a licitação já foi adiada “sine-die”, conforme consta publicação do extrato de adiamento no Portal desta Municipalidade;
- b) o Edital será retificado e devidamente publicado nos mesmos veículos do texto original;
- c) será reaberta a contagem de prazo para a entrega da documentação de habilitação de acordo com a publicação da alínea anterior.

São Gonçalo, 28 de dezembro de 2022.

Atenciosamente,


Thais Teles Gomes

Presidente da CPL

Matr. 117.344

de acordo,

Daniel L. de M. Bastos
Secretário Municipal de
Compras e Suprimentos
Mat. 19470

